

Resumo

O artigo tem como objeto de pesquisa a revista “Cultura Política”, publicada pelo governo federal brasileiro entre 1941 e 1945. O artigo utiliza métodos e teorias do Pensamento Político e da História do Político. Optou-se pelo estudo de caso como método, realizando interpretação e análise de dados. O principal objetivo deste artigo é trazer nova luz sobre uma revista cuja importância para a política brasileira é lida sob o prisma da relação do país com o mundo ao redor. A hipótese é que o Pensamento Internacional do governo estava explicitado nos textos ali publicados, mas existia diversidade de posicionamentos políticos. Ali havia a defesa de aproximação interamericana, desenvolvimento, estratégias modernas na paz e na guerra, e do governo em si. O artigo conclui mostrando que a instrumentalidade da publicação, como voz do Executivo, ocupada com a boa manutenção no poder, mas também como locus de discussão de diferentes temas.

Palavras-Chave: Pensamento Internacional; Brasil; Estado Novo; Cultura Política; Geopolítica

Abstract

This article has as object of research the journal “Cultura Política”, published by the Brazilian federal government between 1941 and 1945. This article uses Political Thoughts’ and Political History’s theories. It was decided that the case study would be the method, doing interpretation and data analysis. The main objective of this article was to shed new light over a journal whose importance for Brazilian politics is read under the prism of the relation of the country with the world around. The hypothesis is that the International Thought of the government was explicit in the texts published there, but there was diversity on the political positioning. There was the defense of Inter-American approximation, development, modern strategies at peace and at war, and the government itself. The article concludes showing the instrumentality of the publication, as the voice of the Executive, occupied with the good maintenance in power, but also as a discussion locus of several themes.

Keys words: International Thought; Brazil; Estado Novo; Cultura Política; Geopolitics.

Aos que me orientaram até aqui, em especial Christian Lynch e Leticia Pinheiro e aos membros dos grupos de pesquisa NEAAPE e Beemote. Aos adesguianos, sobretudo a Fausto de Bessa Braga. Aos palestrantes da ESG/ADESG, de eventos do Itamaraty e do CEBRI que pude ter a alegria de ver/ouvir. A todos esses, eu agradeço sinceramente pela inspiração às reflexões metodológicas, temáticas e teóricas.

Fiat imperium ET pereat mundus: Pensamento Internacional na Revista Cultura Política (1941-1945)

João Catraio Aguiar

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ

Introdução

Será apresentado neste artigo o Pensamento Internacional¹ do periódico “Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros”, com publicação de 1941 a 1945. Para tanto, mobilizou-se conhecimentos teóricos e analíticos de Ciência Política e de Relações Internacionais. Ao analisar o poder do governo estatal, observou-se “poder” tal como Lukes (1980) o concebe, de forma tridimensional, isto é, considerando pertencente ao âmbito do comportamento político as lutas em torno da agenda, as decisões e não-decisões, os interesses, em suas dimensões objetivas e subjetivas, existentes e latentes. Ao observar esse curto período de tempo, saltam aos olhos as mentalidades, que, forjadas na longa duração, condicionam estruturalmente dinâmicas coletivas (VOVELLE, 2004). Nos anos 1940 existiam modelos de ditadura totalitária, mobilizando o medo e a ansiedade da população, e persistia a referência à Ditadura cesarista, emergencial, e centrada em um líder (NEUMANN, 1969). No Brasil, Getúlio Vargas esteve no poder de 1930 a 1945.

A forma de ocupar o governo da União modificou-se com o tempo. De 1930 a 1934, seus laços tenentistas eram fortes e assumia uma feição de mando provisório. Em período que destruir a ordem constitucional reinante na Primeira República era o mais importante. Apesar do retorno democrático em 1934, de novembro de 1935 a junho de 1937², governou com poderes excepcionais, devido ao estado de guerra. Outorgada a constituição em novembro de 1937, mas nunca confirmada em plebiscito, Getúlio passa a liderar regime sem Legislativo, e com Judiciário fiel ao Executivo. Esse foi o período do Estado Novo (1937-1945), que engloba todos os anos de publicação do periódico “Cultura Política”. Discute-se hoje se o peso das reformas socioeconômicas feitas pode levar a considerar o governo uma democracia social ou deve-se entendê-lo como uma ditadura corporativista (MARTINHO, 2006). Conforme Mannheim (1952), ideologias estão associadas ao meio social e ao modo de intervir na realidade; podendo assumir-se como conservadora, liberal, etc. Se o autoritarismo era um feixe, composto por fatores psicológicos, ideológicos e procedimentais, o mito político de Vargas era o prisma de onde partiam múltiplos raios de ação igualmente autoritários (SILVA, 1991). De acordo com Vamireh Chacon (1977), vivia-se então um ciclo político “fechado”, em que estatismo e tecnocracia eram exaltados, e o governo propunha soluções de modernização “de cima para baixo” para sair do quadro de crise institucional prévia. Rompia-se com padrões antigos com medidas

1 Outras reflexões abundam na revista, como as sobre Economia e Cultura. O recorte ficou com temas conexos, girando em torno de tudo o que se situa fora das fronteiras nacionais, como os temas de guerra, de diplomacia, de política externa, de economia política internacional, de estratégia internacional, etc.

2 Propiciado pela Lei de Segurança Nacional que entrou em vigor em abril de 1935.

regulatórias e socioeconômicas.

De todo modo, em tempos autoritários muitos pensam “Fiat imperium et pereat mundus” (que se faça o governo, mesmo que o mundo acabe), colocando a importância de manter-se no poder acima de qualquer compromisso com justiça, com direitos, com igualdades, com liberdades individuais, etc. Assim sendo, revistas oficiais funcionam para dar voz ao governante antiliberal. Para entender esse posicionamento de grupo, considerou-se produtivo utilizar a metodologia proposta por Rosanvallon de História do Político, que se volta para a razão e experiência dentro da *polity* e olhando para documentos gerados pelos partícipes do poder (LYNCH, 2010). Com isso, verifica-se a construção das *racionales*, dos conceitos, dos usos de ideias que servem de instrumento para disputas políticas em um tempo e um lugar, olhando para dimensões coletivas e individuais (ROSANVALLON, 2010). Mirando as ideias de quem atua diretamente com a política externa, analisando concepções que orientam práticas de tomadores de decisão, faz-se um estudo de “Pensamento Diplomático” (ALMEIDA, 2013).

Pratica-se o “Pensamento Internacional” ao entender “o repertório alentado de construções discursivas e performáticas, acerca do ‘estar no mundo’” (LOPES, 2016). Executa-se o primeiro ao lidar com fatos, pessoas e documentos do Itamaraty³, enquanto ao tratar-se do que está fora do Ministério das Relações Exteriores (MRE) fazia-se o segundo. Neste trabalho, executa-se o segundo. Analogamente, entende-se a discussão estratégica *tout court* – logo, Pensamento Estratégico – conduzida pelos autores de mais diversa formação, englobando teorias e métodos variados, como os de geopolítica, os de guerra, os de estrutura e funcionamento das Forças Armadas, etc. Enquanto o Pensamento Militar é formado pelas organizações castrenses e lida com temas caros à caserna. Na investigação que resultou neste artigo, a maioria dos textos inseria-se na primeira categoria, uma vez que ela reflete mais puramente o pertencimento e a narrativa empregada nas páginas do periódico. Os militares pensam sobre o internacional, conformando decisões tomadas por governos brasileiros, principalmente nos anos 1960 a 1980 (GARCIA, 1997), e por conta desse entendimento, podemos situá-los dentro do Pensamento Internacional.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL E CONTEXTO DO BRASIL

O mundo de então era o da espiral crescente do Totalitarismo, da busca desenfreada por poder às custas da condição humana, os ódios que fomentavam o antisemitismo, as doutrinas políticas que disseminavam o terror, o imperialismo calcado no racismo a negar direitos (ARENDT, 1989). A busca por supremacia fomentada pelo ressentimento espalhava-se pelo “centro” do mundo, a Europa daqueles dias, refletindo males também observados no Capitalismo desenfreado. Não é por acaso que Eric Hobsbawm (1981) considerava o período histórico entre o início da Primeira Guerra Mundial, 1914, e o fim da Guerra Fria, 1991, como a “Era dos Extremos”, quando ascenderam as massas na política, quando ideologias cruzavam o mundo e diversos eventos tiveram a polarização como motor. Frente a tudo isso, as ações internacionais do Estado brasileiro apresentavam predomínio de um paradigma Americanista, vocacionado para relações com o continente – mormente os EUA –, e principalmente em uma vertente Pragmática, isto é, mais voltada para resultados do que para questões ideológicas (PINHEIRO, 2004). Essa postura pode ser vista na política de barganhas que o país praticou do início do Estado novo até 1941, quando passa a negociar os termos de adesão à guerra; desde agosto de 1942 o Brasil esteve na II Guerra Mundial, e passa a pensar-se como “potência associada” aos aliados confirmando a “segurança hemisférica” (MOURA, 1991). Orientações mais universalistas, de projeção de poder, tais como as praticadas por outros governos, como o de Geisel tendo por chanceler Azeredo da Silveira, também portam a marca do Pragmatismo (LIMA; MOURA,

3 Outro nome do Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Casa do Barão.

1982) gestado na época estudada nesse artigo.

Durante a Grande Guerra de 1914 a 1918, o debate se dava entre a neutralidade e o engajamento na América Latina, continente que passava a aproximar-se mais dos Estados Unidos do que da Europa (COMPAGNON, 2009). Se na década de 1910 a Liga Brasileira pelos Aliados⁴, liderada por Graça Aranha, defendia aliar-se com a Europa Ocidental e com os EUA, nos anos 1940, Osvaldo Aranha era a liderança que defendia o mesmo. Por outro lado, existiam aqueles que admiravam a modernização militar alemã, os governos autoritários, como os que escreviam na revista brasileira “A Defesa Nacional” durante a Primeira Guerra Mundial, o que tem ecos na Segunda Guerra Mundial, com o Capitão Miranda Correia treinando setores da polícia brasileira na Gestapo, a polícia política secreta da Alemanha dominada por Hitler. Próximo desse ideário estavam os integralistas, que buscavam uma revolução totalitária, em que as massas abandonassem o materialismo e aderissem aos princípios antiliberais modernos (BENZAQUEN, 1988). Guardando afinidades com os fascismos pelo mundo, via com bons olhos qualquer aproximação do Brasil com o Eixo (TRINDADE, 1983). Havia um terceiro grupo, que via com bons olhos o não-engajamento e os neutralismos. Afrânio de Melo Franco (1870-1943) foi uma liderança a trabalhar nessa direção até 1943. Muitos desse grupo consideravam as questões americanas mais vitais do que conflitos alhures. Por fim, existiam aqueles que defendiam um governo centralizado agindo em direção da eliminação de desigualdades socioeconômicas, nos anos trinta e quarenta estavam encarnados nos entusiastas da União Soviética. Datando as atividades partidárias dos comunistas da década de 1920, durante a Primeira Guerra Mundial não eram os comunistas que lideravam a extrema esquerda; eram os anarquistas atuando em greves.

Era um período de diversificação e liberalização da pauta brasileira de comércio exterior, de balança comercial favorável e aumento da inflação, de suspensão do pagamento da dívida externa e de planejamento infraestrutural⁵, da existência de um câmbio oficial⁶ e um livre (ABREU; BONELLI; MALAN; PEREIRA, 1977). Para a transição de uma ordem agrária a uma nova ordem socioeconômica, menos subserviente às demandas externas, instalava-se a inovação institucional dos conselhos técnicos, primando mais pela técnica que pela política (DINIZ, 1999). A democracia e o liberalismo eram abraçados quase exclusivamente pelos entusiastas dos Aliados, os “europeístas” e “americanófilos”; demais grupos pendiam para soluções antiliberais e/ou antidemocráticas. As soluções “técnicas” para os problemas aproximavam-se de visões corporativistas enraizadas em instituições públicas ou privadas. Seja considerando que o Estado autoritário era instrumento para criação de desenvolvimento (SANTOS, 1978), seja considerando que o governo deveria encarnar uma centralização conservadora a esmagar partidos e parlamentos em prol de uma coletividade tutelada (FAUSTO, 2001), a voz do governo era a da ideologia autoritária, dos trabalhos de Oliveira Viana, Francisco Campos, Azevedo Amaral, e outros (MEDEIROS, 1978). Almir de Andrade

4 Liga Brasileira pelos Aliados operou de 1915 a 1919, com presença de Rui Barbosa, Graça Aranha, Assis Brasil, Manoel Bomfim, Pandiá Calógeras, entre outros. Seus membros simpatizavam com os “aliados” na Primeira Guerra e buscavam estreitamento de relações do Brasil com a Europa Ocidental, no espectro ideológicos dos “aliadófilos”. A Sociedade dos Amigos da América agia setembro de 1942 contra o totalitarismo e a favor da democracia, em sincronia com os aliados. Tinha por integrantes os Generais Manuel Rabelo e Horta Barbosa, Osvaldo Aranha, Afonso Arinos, entre outros. Vargas suspende o funcionamento dela em agosto de 1944, no mesmo ano a agremiação de perfil opositor entra com um mandado de segurança, nº129, no Tribunal de Apelação do Distrito Federal, para voltar a funcionar, mas perde por 4 a 1, só voltando a funcionar com a queda de Getúlio. Tanto na década de 1910 quanto no período dos anos 1940, o Brasil mantinha relações econômicas com os governos germânicos, antes Prússia, depois III Reich, mesmo sob pressões internacionais. A aproximação era estratégica, pois treinamentos militares e missões ocorreram em ambas as épocas, e era político-diplomática, de diversos acordos, até as grandes guerras demandarem uma postura mais definida do país. Os dois grupos de pressão mencionados foram cruciais na mudança de posição brasileira. No Brasil, os principais opositores dos “aliadófilos” da Primeira e da Segunda Guerra eram os “germanófilos” e os entusiastas da Revolução bolchevista de 1917. Logo, havia três grandes espectros ideológicos durante as guerras, que se aninharam em agremiações partidárias com o tempo.

5 O Estado brasileiro lançou em janeiro de 1939 o Plano Nacional de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, plano quinquenal voltado para o desenvolvimento da infraestrutura.

6 A oficial ficava entre 18 e 19 cruzeiros por dólar, enquanto a livre ficava entre 15,1 e 20,1 no mesmo período do Estado Novo (ABREU; BONELLI; MALAN; PEREIRA, 1977). Época que a capacidade de importar tornava-se menor, ao passo que gerar mais exportações tornava-se maior e a industrialização ocorria.

foi um dos principais ideólogos do Estado Novo, que conduzia a Revista Cultura Política de forma a obter legitimidade para o regime. Seu pensamento buscava a organicidade contra antagonismos, o nacionalismo seria a expressão cultural das coletividades, base da verdadeira democracia, a misturar força com tolerância (OLIVEIRA, 1982).

Nesse momento, ampliavam-se atividade, coordenação e regulação governamentais, e com isso aumentava o número de instituições estatais e da produção associada a elas (SANTOS, 2006). Esse incremento da capacidade estatal ocorreu junto com a institucionalização das Ciências Sociais, encarnada: na consolidação das universidades, na absorção de bacharéis pelo mercado de trabalho, no reconhecimento social com relação ao diploma, na influência letrada sobre a política. Enquanto isso ocorria, a produção intelectual sobre alguns temas mantinha-se alheio ao meio universitário, e centros de produção de conhecimento encontravam-se dentro da estrutura de poder federal, mormente entre funcionários públicos cuja função gozava de relevo social. A maioria dos artigos em algumas revistas – tal como no caso de “Cultura Política” – eram escritos por autores de determinadas instituições estatais ou patrocinados por elas⁷.

Em livro de 1940 escrito sob encomenda do Departamento de Imprensa e Propaganda, ele defende a supressão do idealismo, da democracia, do liberalismo, do universalismo, em prol do realismo, de um regime de força, do nacionalismo. Nessa obra dedicada ao seu pai - um capitão de mar e guerra - diz que a ordem internacional para ser mais justa deve ter equilíbrio entre as nações. Para tanto, deve-se garantir o desenvolvimento de cada país, e a distribuição de bens e riquezas dos países mais ricos aos mais pobres; condições necessárias para que fosse superada a fase de imperialismos e interdependências de então (ANDRADE, 1940, p. 13-88). As citações ao longo da obra amparam-se largamente em discursos do líder do Estado Novo formado dentro do castilhismo – chegou a discursar no funeral de Júlio de Castilhos em 1903 –, ancorado no Positivismo. Para o ideário gaudério de Vargas⁸ e outros, o maior bem público era a segurança estatal, através da qual se obteria prosperidade e moralidade, e a autoridade político-administrativa deveria gozar de continuidade para tanto (RODRIGUES, 1982). A visão internacional advinda dessa matriz de pensamento nutria-se do Realismo, mormente da obra de Nicolau Maquiavel. Junto com as discussões de universitários e de militares, essa vertente do pensamento autoritário forma a essência das posições na Revista Cultura Política.

O QUE VEMOS QUANDO LEMOS A REVISTA DE CULTURA POLÍTICA (1941-1945)?

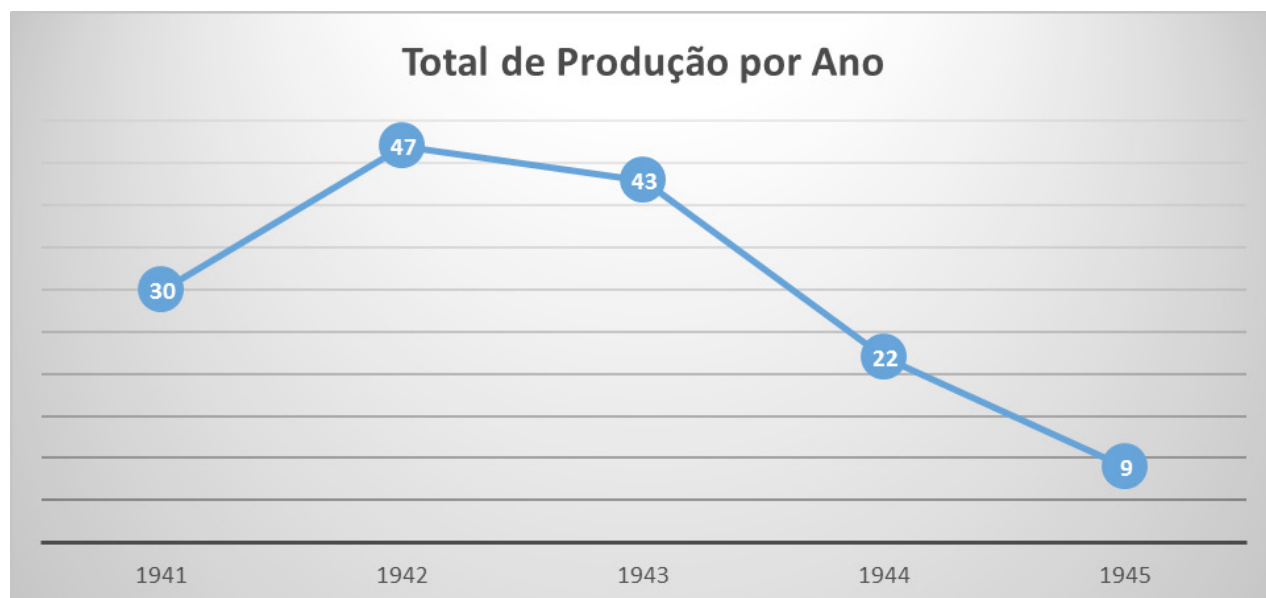
De 1941 até 1945, a revista mensal de estudos brasileiros – Cultura Política – esteve sob direção de Andrade, na maior parte do tempo com atividades situadas dentro do Palácio Tiradentes. Em parte, a produção desse período estava impactada sobre o fenômeno da Segunda Guerra Mundial e dos demais fatores contextuais externos citados em páginas anteriores; era um periódico que pretendia reagir às “crises” e elucidar a “realidade”, para usar termos da época. Para entender como era a abordagem de Pensamento Internacional em uma das revistas que melhor expressava as ideias do governo, o autor montou uma pequena base de dados, lendo todos os artigos e vendo quais relacionavam-se com o recorte deste trabalho. A partir dessa análise surgiram três gráficos mostrados mais à frente. A tendência a lidar com o tema foi decrescendo ao longo do tempo, conforme pode-se ver no Gráfico 1.

7 O DIP funcionava como agência de censura e de produção de informação, assim por um lado, servia à inteligência nacional e ao combate dos opositores, assim como meio do Estado amedrontar apoio. Se por um lado poderia distribuir falsos dados para confundir inimigos, por outro, servia para exaltar grandes feitos. Getúlio Vargas não escrevia livros ou artigos se autocongratulando, mas pagava indiretamente pessoas para fazê-lo. Então, neste artigo, vemos pelo menos três casos agraciados com o auxílio do DIP: Jayme de Barros, Almir de Andrade, e a própria “Cultura Política”. Em todos os casos, podia-se ver vozes de apoio ao governo, isentas de compromisso com a crítica.

8 Em 1943, Vargas entra para a Academia Brasileira de Letras, e em 1944, a Revista de Cultura Política traz excertos de “A Nova Política do Brasil”; em todos os anos há transcrição de discursos e entrevistas de Getúlio e seus ministros.

A ascensão ocorrida de 1941 a 1942 se dá principalmente através da inclusão da seção “Política Militar e Defesa Nacional” na edição 15 de 1942 e à entrada do Brasil na II Guerra Mundial em agosto de 1942 ao lado das potências aliadas, contra o Eixo. A partir de então, muitos textos discutirão estratégias e a guerra em si, com enfoque mais nas ações do que em fatores estruturais, como quando o foco militar principal era em assuntos organizacionais. Um fator contextual que merece destaque é a publicação do Manifesto dos Mineiros cujo apelo liberal e democrático – que conclamava a aderir às Nações Unidas e afirmar-se como ocidental em outubro de 1943, denunciando a ambiguidade política varguista – agredia o regime de então, o que levou os signatários que tinham cargos públicos a serem demitidos, exonerados ou afastados de suas funções (CAVALCANTI, 1978). A entrada na guerra e a existência de uma frente ampla de oposição começa a minar o consenso político buscado por Vargas e sua legitimidade; mas, por outro lado, ele aproximava-se de trabalhadores e de elites regionais, embriões do trabalhismo e do pessedismo (BETHELL, 1992). Com esse cenário de polarização, alguns assuntos viram tabu e tendem a não ser abordados em artigos. Muitos deles são da seara do Pensamento Internacional. Essa transformação nos anos incide sobre o volume temático e autoral.

GRÁFICO 1: Artigos de Pensamento Estratégico e Internacional na “Cultura Política”



Fontes: Revista Cultura Política, Edições 1 a 51. Elaboração do Autor.

Até então, durante a Primeira República, a formação acadêmica era bacharelesca e isso conformava a socialização da elite e a formação de governantes, em geral, após cursar Direito, obtinha-se um papel nos governos em diversos níveis (VENANCIO FILHO, 1977). Contudo, com a ascensão dos tenentes de 1930, a posição da universidade e do ensino humano cedia lugar a outras instituições e outros saberes. Para Gilberto Freyre (2004), o patriarcalismo, a monarquia e a escravidão são pulverizados nessa época em que “a Praça vence o Engenho”, mas na transição sociopolítica se interpenetram os antagonismos na constituição de república com trabalho livre e com algumas características monárquicas. O corporativismo ascende no mundo em paralelo ao processo de dissolução da hegemonia liberal no Brasil. Surgem representações estatistas com integração forçada de interesses, que cooptam as elites na tomada de decisões e geram representação política fora dos poderes como tradicionalmente são constituídos (PINTO, 2016). Foi um período de ascensão de militares no

poder, como Mussolini, Hitler, Lênin, Churchill, e do desenvolvimento do potencial bélico com os aviões de combate, os submarinos e os tanques de guerra. No Brasil, os militares intervinham na política regularmente, e ascendiam conforme o tenentismo saía vitorioso, o que gerou aumento de recursos e construção de posições conjuntas, como a ênfase de políticas nacionais, de construção de força industrial, de modernização militar, etc. (CARVALHO, 1982). As massas se integravam na vida política e com isso surgiam as ideologias políticas e a obrigação que a elite política passou a ter de cortejá-las para ter o apoio necessário para manter-se no poder, por vezes apelando afetivamente e demagogicamente, algo conhecido como populismo (GERMANI, 1960).

Era um período de utilização de novas tecnologias para difusão de mensagens e de luta por “corações e mentes” no rádio, no cinema, nos discursos, nos jornais, por toda a parte. Surgia uma difusão cultural norte-americana no Brasil sob o manto da “política da boa vizinhança”⁹ ianque, com estímulo à circulação de revistas portando a cultura e a mentalidade estadunidense, por exemplo (MESQUITA, 2012); desenvolvia-se uma atuação cultural brasileira no exterior organizada, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e com difusão musical (FLÉCHET, 2012). Não podia ser diferente no ímpeto propagandístico interno. Em 1938 e 1939 funcionou o Departamento Nacional de Propaganda, e em 1939 surge o Departamento de Imprensa e Propaganda, que congrega as funções do órgão anterior e atua com censura, divulgação e premiações (CALABRE, 2003). Em 1937 surge o Instituto Nacional de Cinema Educativo, que trabalha com o cinema nos moldes do DIP. Autoritarismo, corporativismo, e intervenção militar eram tônicas da tomada varguista do poder, mas essa época foi de inovação na relação direta entre o presidente e os trabalhadores, com criação do salário mínimo, da Consolidação das Leis Trabalhistas, da Justiça do Trabalho e dos contumazes discursos às massas no Estádio de São Januário, do Clube de Regatas Vasco da Gama. Ângela de Castro Gomes toda ressalta essa dimensão trabalhista, de políticas sociais consolidadas, de ações e leis que asseguravam direitos aos operários em busca de seu apoio à presidência (GOMES, 1994). Quem escreve sobre temas internacionais deixa de ser a elite letrada e diplomática. Selecionando os doze primeiros autores em termos de volume de publicações na revista, surgem a Tabela 1 e o Gráfico 2.

TABELA 1: Pertencimento Institucional e/ou Profissional dos articulistas

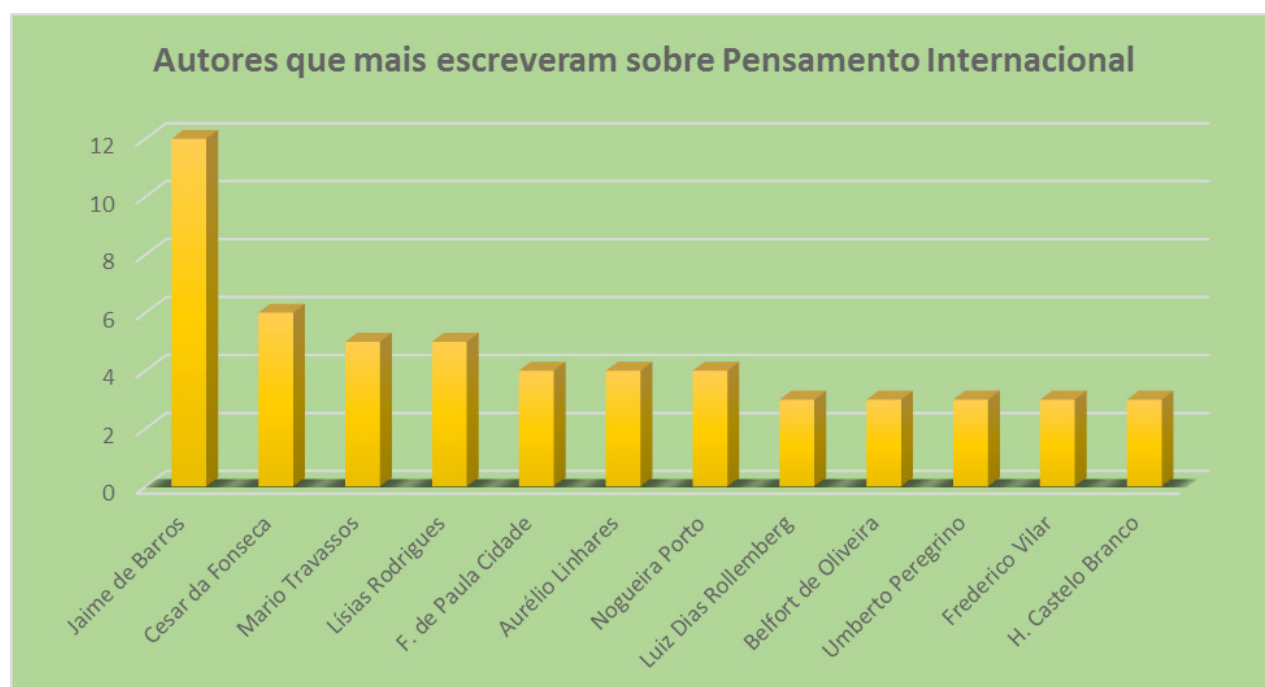
Filiações Institucionais e/ou Profissionais	Autores
Aeronáutica	Lísias Rodrigues
Exército Brasileiro	Mario Travassos; Francisco de Paula Cidade; Umberto Peregrino; Humberto de Alencar Castelo Branco
Marinha do Brasil	Cesar da Fonseca; Aurélio Linhares; Frederico Villar;
Ministério das Relações Exteriores	Jaime de Barros; Luiz Almeida de Nogueira Porto
Jornalistas	Luiz Dias Rollemberg; Belfort de Oliveira

Fontes: Revista Cultura Política, Edições 1 a 51. Elaboração do Autor.

9 A “política de boa vizinhança” coincidiu com o governo estadunidense de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e consistiu uma estratégia de cooptação de países latino-americanos para a esfera de influência dos EUA. No Brasil, um escritório de difusão cultural – o OCIAA – trabalhou principalmente com cinema e rádio, trazendo ao Brasil todo estilo de vida, mentalidade e produtos culturais, dentro dessa lógica (TOTA, 2000).

Existiam dois principais periódicos¹⁰ que funcionavam como meios de propaganda a favor do governo. “Ciência Política” abordava de forma simples, para amplo público, temas que eram lidados de forma intelectualizada, teórica, e voltada para elites em “Cultura Política”; na última, apoiadores do regime apresentavam suas ideias para o regime (CARVALHO, 2005). Veículo de estratégia discursiva em prol da criação de uma nova ordem unificada em torno de Vargas – ao mesmo tempo *homo magus* e *homo faber* – servia, também, para reescrever o passado e expor concepções da elite decisória reinante (VELLOSO, 1982). Na Revista de Cultura Política pode-se encontrar três grandes fases na discussão: a primeira, em 1941 é fundacional, muito voltado para temas estruturais; em 1942 e 1943 fatores estratégicos e dinâmicas governamentais estão mais em foco; por fim, de fins de 1943 até o encerramento da revista há uma pluralidade de discussões, que paulatinamente vai se descolando do governo. O último número, por exemplo, apresenta documento fundador do Partido Social Democrático e discussão sobre o Partido Trabalhista Inglês. Vejamos agora as publicações dos principais autores da Revista Cultura Política.

GRÁFICO 2: Autores que mais publicaram nos temas estratégicos e internacionais¹¹



Fontes: Revista Cultura Política, Edições 1 a 51. Elaboração do Autor.

O Capitão de Mar e Guerra Cesar da Fonseca discute principalmente poder e política naval. Ele situa a atuação naval no quadro do desenvolvimento, da segurança, da integridade territorial, a presença no concerto das nações, e diz que a estratégica deveria ser de defensiva-ofensiva, de resistência e negação a agressões; para tanto, elenca investimentos necessários para a Marinha e considera necessário criar bases e desenvolver ações em conjunto com forças aéreas (FONSECA, 1942a). Em artigo (FONSECA, 1944a) que ele diz ser complementar ao primeiro, fala que somente com força o território nacional poderá ser

10 Tiveram menor duração e/ou impacto: “Estudos e Conferências”, “Dos Jornais”, “Brasil Novo” e “Planalto”.

11 Foram contabilizados 72 autores lidando com os temas de Pensamento Internacional, mas a maioria escreveu somente um artigo situado no escopo desse artigo. Aqui estão arrolados somente os 12 primeiros Artur Hehl Neiva tem 20 artigos, todos sobre imigração. 19 são sobre o período colonial, só um trata do governo Vargas. Por conta disso, ele não aparece entre os autores que mais publicou no gráfico, apesar de ser um dos mais produtivos na época.

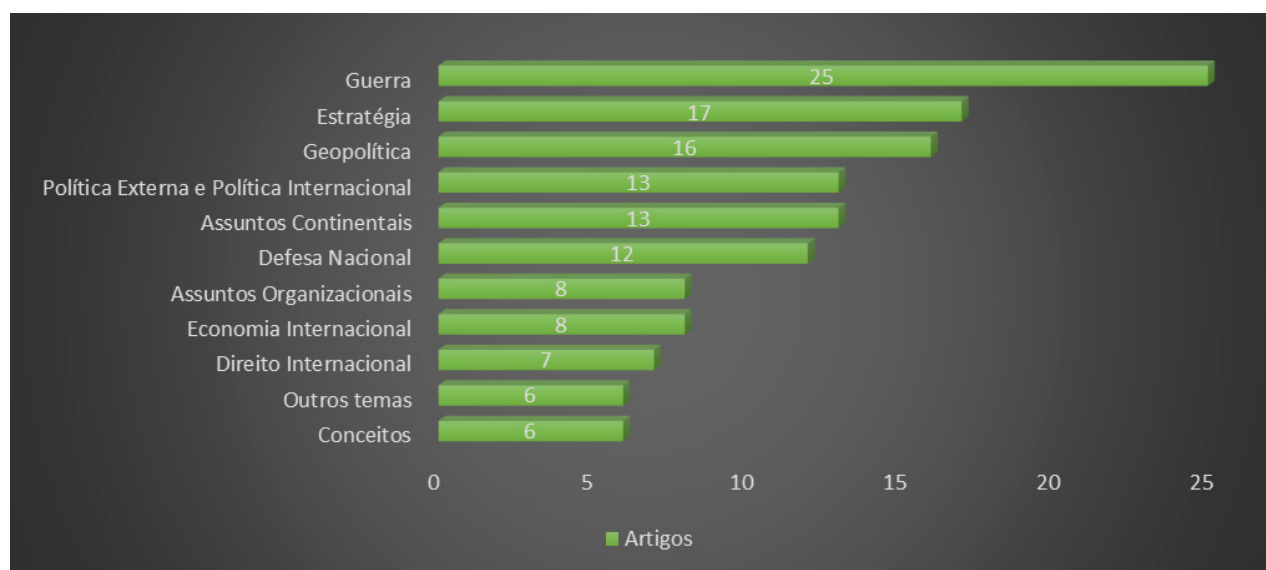
defendido integralmente, e que na guerra pesam fatores políticos, econômicos, militares e psicológicos. Considera que a defesa do território deve ser feita de forma ativa e passiva¹², e para que a segurança geral se confirme todas as forças armadas e auxiliares devem atuar de forma integrada; novamente ressaltando a importância da unidade de ação em operações de guerra (FONSECA, 1942b), e em seguida, exalta o valor estratégico que o submarino tem (FONSECA, 1943a). O Capitão de Mar e Guerra Frederico Vilar situa os pescadores na origem de uma mentalidade nacional que os tornaria defensores da pátria com seus barcos, e, por isso, a Marinha deveria zelar pelas organizações de pesca (VILAR, 1943a). Indo além no argumento, destaca a importância desses barcos na luta contra os ataques aéreos e de submarinos e a necessidade de mobilização dos pescadores no esforço de guerra (VILAR, 1943b). Vilar (1944) ressalta o papel submarinista para patrulha, para ataque, e para reconhecimento do teatro de operações nos mares e oceanos. Ambos demandam indiretamente ao governo a obtenção de submarinos, tendo em vista a necessidade deles para fins estratégicos e de defesa.

Cesar da Fonseca (1943b) situa etapas de envolvimento do Brasil com a guerra – neutralidade, solidariedade, ruptura e beligerância – e afirma que na fase recente é necessário criar um sistema de defesa, atuar em conjunto com os EUA e países americanos e proteger as águas brasileiras da atuação de submarinos. Posteriormente, tipifica guerras e faz uma análise da conjuntura da contenda em curso (FONSECA, 1944b). Em todas suas publicações ressalta a tendência humana ao conflito, e situa-se dentro do escopo de uma teoria realista de Ciência Política e Relações Internacionais, mesmo sem citar teóricos conhecidos então. O Capitão de Corveta Aurélio Linhares escreve quatro artigos sobre a guerra total. Inicia seu estudo destacando papéis táticos de encouraçados, cruzadores, contra-torpedeiros, forças aéreas e submarinos na estratégia naval (LINHARES, 1943a). O Comandante do contratorpedeiro *Rio Grande do Norte* em seguida faz estudos sobre a conduta e a aplicação de forças de superfície empenhadas em uma batalha total (LINHARES, 1943b; LINHARES, 1943c). Por fim, destaca que a guerra traz avanços tecnológicos e está subordinada à política nacional, e somente com avanços em civilização, “artes e indústria” será possível evitar sua ocorrência (LINHARES, 1943d).

Além de Linhares, existiam outros autores da Marinha; entre os articulistas vinculados ao Exército Brasileiro estavam Mario Travassos, Paula Cidade, Alencar Araripe, Peregrino, Castelo Branco e outros. O fato de “Guerra”, “Estratégia” e “Geopolítica” serem os três temas mais mobilizados, e entre os quinze principais autores, oito terem vínculo com uma das Forças Armadas, elucida o perfil da revista e da importância que o governo dava a esse enfoque de Pensamento Internacional. Entre os que mais publicaram estão Cesar da Fonseca (Marinha), Mario Travassos (Exército) e Lísias Rodrigues (Aeronáutica), a predominância de autores encontra-se entre militares do Exército Brasileiro. Alguns temas eram privilegiados, conforme se vê no Gráfico 3; a maioria associada à conjuntura internacional de então, e discussões estruturais eram preteridas. Após o gráfico virá uma síntese do pensamento dos principais autores em seus textos.

12 “Defesa ativa” refere-se ao uso de forças para atacar inimigos, agir com pronto emprego da força, etc. A “defesa passiva”, por sua vez, contempla o poder dissuasório, a demonstração de força, a presença estratégica, etc.

GRÁFICO 3: Número de Artigos por Tema na Revista Cultura Política



Fontes: Revista Cultura Política, Edições 1 a 51. Elaboração do Autor.

Publicando em 1941 e 1942, o Tenente-Coronel Mario Travassos analisa condições logísticas – transportes, circulação e comunicação – e propõe ações para que o Estado explore essas potencialidades (TRAVASSOS, 1941a, 1941b, 1941c, 1941d, 1942). Aproximando-se de análises contemporâneas sobre a geopolítica dos fluxos econômicos e o debate sobre cooperação e conflito, que hoje inclui debates sobre normas globais e iniciativa privada (LUTTWAK, 1990). Poucos anos antes das publicações no periódico, Mario Travassos (1935) propôs a projeção continental do Brasil, para assegurar sua defesa sobre o espaço amazônico e atlântico, indo além da discussão então centenária sobre o Prata¹³.

O Coronel Francisco de Paula Cidade louva atuação do Barão do Rio Branco na definição de limites fronteiriços com a França no Oiapoque (CIDADE, 1942a). Em seguida, o Chefe de Gabinete no Ministério da Guerra comenta a importância de os sete ministérios civis atuarem em prol da defesa nacional (CIDADE, 1942b). Para ele, as verdadeiras bases do poder militar se dão com a produção material e armamentista militar, o que só poderia ter acontecido com um congresso fechado, já que as elites legislativas não davam valor a isso (CIDADE, 1942c). Promovido a General de Brigada, complementa o artigo anterior dizendo que o promissor panorama econômico, vinculado ao incremento de poder bélico, se dá pelas ações do governo nacional e seus órgãos que coordenam um plano técnico conjunto (CIDADE, 1943). O Coronel do Exército Tristão de Alencar Araripe destaca a importância de se selecionar o exército, em um contexto de guerra total com a nação armada (ARARIPE, 1942a). Tão leitor de Clausewitz (1988) quanto Linhares e Cidade, destaca a importância da preparação para o conflito, conclamando a entrada em uma economia de guerra e mudanças na forma de mobilização da sociedade e do Estado para a situação que se enfrentava (ARARIPE, 1942b; ARARIPE, 1943).

13 A região da Bacia do Rio da Prata envolve principalmente o entorno do norte da Argentina, sul do Brasil e o Uruguai como um todo, alguns incluem o Paraguai também. Logo, durante grande parte do século XIX, tal como pode ser observado em obra de Francisco Doratioto (2014), a região esteve em estado de guerra, primeiro com relação ao controle do próprio Rio da Prata, em seguida o conflito da Cisplatina, depois com relação aos governos dos países citados (um exemplo é o governo de Rosas), por fim, a Guerra do Paraguai. Isso gerou uma atenção maior sobre a segurança ao Sul do Brasil, do que com sua costa (Atlântico) ou o Norte do país (Amazônia).

O Tenente-Coronel do Exército – e futuro Presidente da República – Humberto de Alencar Castelo Branco escreve uma série de três artigos sobre a I Guerra Mundial em curso. Em fevereiro de 1944 (BRANCO, 1944a) destaca a importância de unidade e direção nas ações de guerra, e destaca que os aliados agrupados nas Nações Unidas têm por objetivo a derrota do Eixo, e o equilíbrio de forças de 1942 deu lugar ao declínio do Eixo desde 1943, mas para chegar ao desfecho seria necessário utilizar as forças terrestres, aéreas e navais. Em março do mesmo ano (BRANCO, 1944b) defende o direito a neutralidade, mas diz que só tem direito de buscar o interesse nacional nas conferências quem o defende nos teatros de operações; e prefere uma atuação em prol da derrota dos inimigos ao colapso dos povos adversários (BRANCO, 1944c). A mesma ênfase que Cesar da Fonseca dava na obtenção dos submarinos, encontrava analogia na demanda de Umberto Peregrino (1942, 1943) por motomecanização e utilização de combustíveis em termos terrestre. O Capitão do Exército elogia o uso de encouraçados, aviação e tanques no cenário de guerra, mas exalta as capacidades das forças terrestres soviéticas, construída com sucessivos aperfeiçoamentos desde 1923 (PEREGRINO, 1945). Consciência e disciplina seriam fundamentos, junto com a destinação de comandos aos mais doutos, de superioridade técnica.

Recém-criado em 1941, o Ministério da Aeronáutica tinha como principal escritor Lísias Rodrigues. Nas edições 4 e 9, a sua abordagem é sobre a organização da Força Aérea no Brasil. Para ele, a constituição da mesma seria condição necessária para efetiva estabilidade da América do Sul, assim como para paz, progresso e soberania nacionais (1941a). Citando Douhet, estima a criação de uma aviação para cooperar com outras forças e uma para batalhas, e dá diretrizes para criar regimentos aéreos (1941b). O próximo artigo investiga lendas sul-americanas e seus símbolos que apontam para a existência de uma pré-história da aeronáutica na região (1942a). Critica a postura defensiva e o isolacionismo, ressaltando o papel da interdependência entre os Estados contemporâneos e o potencial ofensivo aéreo (1942b). Advoga pela introdução de aviões de carga para transporte de bens primários, principalmente destinados ao comércio exterior e ao esforço de guerra, ressaltando o caso exemplar da Nova Guiné¹⁴ em termos logísticos (RODRIGUES, 1942c). Em seu último artigo (RODRIGUES, 1944), ele resalta a importância de Vargas em criar uma política de fato nacional para fatores hidrográficos, algo vital para relações sul-americanas.

Era um período em que instituições de geografia surgiam: em 1938 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; em 1939, a Revista Brasileira de Geografia; em 1943, o Boletim Geográfico. Nesse contexto, os autores da “Cultura Política” propunham ao Brasil diretrizes estratégicas e geopolíticas em obras próprias. Lísias Rodrigues defendia um núcleo geopolítico na América do Sul com chefia brasileira, que zelaria pelas fronteiras; Francisco de Paula Cidade analisava as potencialidades de todos os países da América do Sul, Mario Travassos propunha a projeção continental, e outros discutiam poder naval, poder aéreo e determinismos geográficos (MIYAMOTO, 1996). Portanto, verifica-se a incorporação das ideias de Alfred Mahan sobre o poder naval (MAHAN, 2013) no trabalho de Cesar da Fonseca, da obra de Giulio Douhet sobre o poder aéreo (DOUHET, 1942) em Lísias Rodrigues, e dos textos de Halford MacKinder (2011) em Travassos. Nesse período entre os anos 1920 e a década de setenta, predominou um entendimento que a trajetória dos países era singular, e que era necessário construir soluções próprias para problemas de países não-cêntricos, surgia o “nacionalismo periférico” (LYNCH, 2013). Como membros dessa onda intelectual, os autores que se apropriavam de teorias cêntricas, como eram Douhet, Mahan, Spykman, serviam-se dessas ideias instrumentalmente para construir as suas próprias concepções aplicadas ao Brasil. O Itamaraty tinha

14 Desde 1897 empresas tentavam extrair minérios, em especial ouro, do Nordeste da Nova Guiné, mas o principal obstáculo eram as populações autóctones, que atacavam tudo que era transportado por terra. Não havia condições para usar saídas por mar ou rios, então a Guinea Gold Company enviou em 1927 um avião de carga e conseguiu movimentar os minérios, e em 1928 surge a empresa de aviação de carga Guinea Airways, e desde então a exploração mineral e a infraestrutura melhoraram lá, de acordo com Rodrigues (1942c). Ele propõe utilização da aviação de carga para melhor explorar as riquezas do norte do Brasil e desenvolver a infraestrutura local.

como principais nomes Jaime de Barros e Nogueira Porto; e entre os diplomatas e os jornalistas não era diferente. As ideias esposadas entre os membros do Itamaraty refletem aquilo que o Chanceler Oswaldo Aranha pensava e fazia.

Aranha marcou o período pois assumiu em março de 1938 e só se demitiu em fins de agosto de 1944, para ceder à interinidade de Pedro Leão Veloso – e ocasionalmente a de José Carlos de Macedo Soares – até o fim do Estado Novo. Em discurso de posse, o antigo Embaixador do Brasil em Washington exaltou o pacifismo, a justiça internacional, a civilização jurídica universal, a arbitragem de conflitos, a conciliação, princípios que emanavam da vontade do povo; logo associa as guerras à incapacidade de governantes interpretarem os anseios populares. Em sua formação agregou um espírito de moderação à capacidade discursiva, e lutou idealisticamente pela democracia – jurídica e socialmente – e pelo progresso – entendido de forma humana e tecnológica (FARIAS, 2017). A cooperação entre os países da América ocupava um lugar tão central em suas ideias quanto a defesa do Ocidente, mas, por outro lado, não concebia um Brasil que rompesse laços ou que ignorasse ganhos que poderiam advir fora desses limites. Tinha simpatia pelos governos de Roosevelt e de Perón, observava com atenção a situação das colônias afro-asiáticas dominadas por potências europeias durante a guerra, e entendia a necessidade de evitar abusos das grandes potências e de assegurar presença no Atlântico (SOARES, 1980). Ao longo do período, ele teve relações de altos e baixos com o chefe do executivo, mas pode imprimir suas concepções pessoais de desenvolvimento infraestrutural, participação nas Nações Unidas, industrialização, modernização militar, segurança regional (LOCHERY, 2015). Durante o período, Aranha teve por Secretário-Geral do Itamaraty o Embaixador Maurício Nabuco, que considerava a política internacional conectada com a nacional, pensando a diplomacia como uma arte da prática e não como função condecorativa somente, e estava atento às questões clássicas do “realismo” como o equilíbrio de poder (NABUCO, 2001).

Justamente da Casa do Barão que emerge o mais contumaz articulista da “Cultura Política”: o diplomata Jaime de Barros, também grafado como Jayme de Barros. Seu primeiro artigo retoma as Conferências Interamericanas da década de 1930, destacando o papel de Oswaldo Aranha, de Afrânio de Melo Franco e de Maurício Nabuco, que representavam de forma construtiva os princípios de não-intervenção e solidariedade interamericana (BARROS, 1941a). Fazendo referências a Joaquim Nabuco, Pandiá Calógeras e Ronald de Carvalho, identifica como trunfo brasileiro a “multilateralização” da unilateral Doutrina Monroe, obra de estadistas pretéritos e uma das bases para a moderna defesa coletiva da América (BARROS, 1941b). Para ele, o “destino da América” teria sido condicionado pelas guerras na Europa. Para confirmar o argumento, reconstitui o debate entre grupos favoráveis ao Panamericanismo, como Nabuco, Root, Melo Franco, Gondra e os desfavoráveis, como García Calderon, Ugarte, Rodó, Prado; e diz que tal como outrora, em 1941, buscava-se independência e liberdade dos povos (BARROS, 1941c). No ano seguinte, narra a ruptura de relações diplomáticas e financeiras na 3ª reunião de consulta americana; postulando que ali o Brasil afirmara a união da humanidade contra o totalitarismo, a basilar unidade integral que marca a defesa coletiva americana (BARROS, 1942). Nesse texto, como em outros há uma mistura de tom jornalístico e histórico, em que a narrativa ampara a posição do autor, não sendo trabalhos marcados por “neutralidade axiológica” ou pretensão científica. A tendência encontra-se principalmente entre autores do MRE, entre militares há tentativa de ênfase em fatores objetivos. Repete o tema posteriormente, ao destacar que por interesse comum e por lealdade pan-americana o Brasil envolvia-se na guerra, e por “adesão à causa da democracia no mundo” era fundador das Nações Unidas (BARROS, 1943c).

Para ele, mesmo quando neutro, o Brasil não agia com indiferença, sempre voltado para o intercâmbio e a cooperação em seus variados sentidos, sempre em prol da defesa coletiva (BARROS, 1943d). Em número voltado para divulgar “A Nova Política do Brasil”, Jaime de Barros (1943e) identifica no Estado Novo um

regime advindo de um golpe de estado que impediu desvios à esquerda e à direita, e que aproximou-se das massas e implementou uma legislação social avançada. Logo em seguida, exalta a entrada do líder do Estado Novo, Getúlio Vargas, na Academia Brasileira de Letras. Exalta a figura de Tayllerand, em comparação com Metternich, em um artigo que é uma espécie de profissão de fé contemporânea de uma diplomacia em vertente realista (BARROS, 1944c). Por outro lado, igualmente destaca a importância de Joaquim Nabuco, principalmente selecionando trechos de “Minha Formação” e glosando seus ideais. Em “Nova Diplomacia Brasileira” afirma que existe uma linha de continuidade na atuação diplomática, mas que na Primeira República desenvolveu-se a feição econômica e a atuação no continente por parte do Itamaraty, e na contemporaneidade constrói-se novo modelo de civilização (BARROS, 1943a). Muito cioso de “imperativos geográficos e históricos”, endossava a geopolítica de Mario Travassos. Em seguida, afirma que no Brasil “nunca se conseguiu estabelecer o monstruoso ódio de raça e de religião, que, na Europa, passa de geração em geração”, após demonstrar a importância histórica dos judeus para o país (BARROS, 1943b). Citando Oliveira Viana, Paulo Prado e Ronald de Carvalho, defende um estratégico povoamento do Brasil que traga saneamento, educação e cultura ao interior do país (BARROS, 1944a). O último artigo compara a Primeira Guerra Mundial com a que se desenvolvia àquele tempo, e concluía que na França existiram os mesmos erros em ambos os casos, e que, talvez na contemporaneidade, tal como no passado, ela pudesse ser meio de libertação do mundo do imperialismo germânico (BARROS, 1945).

O diplomata Luiz Almeida de Nogueira Porto extrai lições sobre política externa de conferências americanas, no primeiro ao narrar porque em um documento oficial se pôs “aplausos” e não “reconhecimento” à Doutrina Monroe acaba indiretamente criticando intervenções de potências na América do Sul (PORTO, 1943a). Em seguida, reconstitui as delegações e os temas abordados na Quarta Conferência Internacional Americana elogiando o Panamericanismo e a harmonia entre americanos (PORTO, 1944a). Os outros artigos enfocam a política externa de grandes potências – EUA, Reino Unido e França. Em “Colaboração após vitória”, de 1943 considera que as causas da guerra são as condições socioeconômicas. Assim, defende neste artigo (PORTO, 1943b) uma conferência de paz que traga estabilidade, saindo da guerra como prioridade e indo para a cooperação como foco. Em sua última contribuição para a revista, retoma o sistema de mandatos na Liga das Nações e a trajetória rumo à independência de Síria e Líbano, época em que se discutia uma união do Levante – Síria, Iraque, Palestina e outros países – contra o domínio europeu (PORTO, 1944b). Territórios da região começariam a libertar-se através dos aliados e por De Gaulle, líder da resistência francesa; Nogueira Porto então diz que esse caminho deve continuar sendo trilhado, pois o sistema de mandatos é incompatível com as Nações Unidas.

No Itamaraty, muitos entendiam a assistência recíproca e a defesa coletiva como princípios geridos ao longo de conferências americanas, o que resultaria no subsequente Tratado Interamericano de Assistência Recíproca; a Casa do Barão defendia a continuidade de suas ações independente do regime ou do governante (ACCIOLY, 1947). Jorge Maia era um profissional associado ao MRE, que, apesar de só escrever um artigo em 1941, na segunda edição, sobre a política de boa vizinhança, foi o autor de “Um decênio de política externa”, livro de 1940 editado pelo DIP com tom laudatório e factual¹⁵. Em ambos os casos (MAIA, 1940, 1941), exalta a cordialidade e o pacifismo do país, louva a participação em iniciativas multilaterais regionais, e argumenta em prol da aproximação com as Américas em termos econômicos e militares.

Seguindo nessa linha argumentativa, Belfort de Oliveira publica um artigo em fevereiro de 1942 – um mês depois da Terceira Reunião de Consulta Americana, que recomendou romper laços com o Eixo. Nele critica

15 Jayme de Barros publicou em 1938 o livro “Oito anos de política exterior do Brasil” em moldes semelhantes. Foi um dos diplomatas mais próximo da classe artística e um dos maiores colecionadores de arte do Brasil.

o monroísmo por ser unilateral, e, citando Barão do Rio Branco, Nilo Peçanha, Joaquim Nabuco, Heitor Lira e outros, afirma que desde o século XIX o país segue o Panamericanismo, ideal de solidariedade continental (OLIVEIRA, 1942). Extraíndo trechos de discursos de Vargas, chamado de “Cidadão da América”, defende a união da região contra ameaças externas e em prol da fraternidade humana. Associa isso com um nacionalismo construtivo isento de xenofobia. Analisando a França de Pétain, dominada pelo totalitarismo, critica o sistema judiciário ali e o sistema defensivo muito voltado para fortificações, e destaca De Gaulle e a resistência gaulesa¹⁶ (OLIVEIRA, 1944). Analisando a rede de imigração alemã para o Brasil alerta para o perigo do germanismo, historicamente repulsivo ao romanismo, aos latinos; e em seguida propõe a regulação dos fluxos e a assimilação de estrangeiros (OLIVEIRA, 1945).

O contexto em que a maior parte dos trabalhos sobre Economia Internacional surge na revista é anterior ao sistema de Bretton Woods estabelecido em agosto de 1944. Todavia, se dá durante a passagem de uma ordem econômica internacional mais oligárquica, tal como era até a primeira metade do XIX, para um cenário da primeira metade do século passado que possuía modesta democratização, com mais participação, ampliação de mercados, mais órgãos multilaterais, e uma falhada iniciativa de concertação global na Liga das Nações (ALMEIDA, 2004). Um dos autores mais produtivos em estudos econômicos é Luiz Dias Rollemberg, que neste trabalho só será apresentado em suas discussões internacionalistas. Em seu primeiro artigo, exalta a diversificação da pauta de exportações, e os incentivos ao comércio exterior feitos pelo Banco do Brasil, mas ressalta a necessidade de superar entraves (ROLLEMBERG, 1941). Recomenda então manter os salários baixos para incentivar a produção, e compara Japão e EUA, vendo que o primeiro exportava mais que o segundo; e propõe modernizar os transportes e repensar o território nacional. Comentando a Política Monetária do Brasil, diz que o Brasil deve lidar com o meio circulante em função de sua produção, o que parece ter sido feito com a introdução do Cruzeiro, lastreado por reservas de ouro consideráveis (ROLLEMBERG, 1942). Via nessa estratégia governamental de valorização da moeda uma forma de não repetir a fórmula de atuação monetária através de empréstimos. Rollemberg escreve seu último artigo em maio de 1944, determinando que a planificação econômica deva mirar o desenvolvimento de novas riquezas, e isso envolveria um contingenciamento que enfatizasse o uso de matéria-prima e de produtos industriais produzidos no país quando possível (ROLLEMBERG, 1944). Ele contrasta essa proposta, em que o mercado interno nacional absorve a produção nacional, com o que foi praticado até aquele momento, que era limitava a produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para o todo da “Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros” vemos que o regime autoritário premido por circunstâncias domésticas e internacionais produz, através de intelectuais que apoiam o governo, suas próprias ideias. No Estado Novo há uma discussão sobre qual tipo de inserção do Brasil dentro do cenário conflitivo que iniciou na Europa e espalhou-se para todos os continentes. Militares enfatizavam a necessidade de forças modernas, em termos materiais e estratégicos. O preparo no teatro de operações e o conhecimento das condições geopolíticas no espaço brasileiro e alhures também eram enfatizadas. Diplomatas discutiam a fundo a política externa das grandes potências, analisando conjunturas sem esquecer aspectos históricos. A relação do Brasil com o continente era lida à luz do Panamericanismo, quase sempre. A ideia de que a política externa estava condicionada ao pertencimento às Américas estava presente em aspectos variados, mas sempre mirando ganhos absolutos ou relativos. Profissionais liberais discutiam questões socioeconômicas, em especial a imigração, as questões fronteiriças.

16 Conforme Fábio Koifman (2002) nessa época, até 1944, o Embaixador do Brasil na França Luiz Martins de Souza Dantas auxiliou os refugiados do nazismo na Europa a garantirem a sobrevivência.

Nesse momento, discursos do Presidente Vargas criticavam a democracia de partidos por ser desagregadora, discordavam do humanitarismo e o liberalismo, propunham soluções para condições semicoloniais, realçavam a importância de iniciativas como os Códigos e Institutos (com função regulatória), a harmonia entre capital e trabalho, o povoamento e o desenvolvimento no interior do país, a ordem nacional, a projeção internacional, a concertação com países limítrofes (VARGAS, 358-502). O exame de documentos oficiais reforçaria, em outro artigo que não esse, a sincronia desse pensar com o que foi criado. Contudo, não seria possível fazer esse trabalho arqueológico sobre a Constituição de 1937 e a CLT, sobre decretos e medidas que criam ou extinguem corpos regulatórios, sobre todos os pronunciamentos sem que isso acarretasse em um volume de páginas superior a um artigo, ou que fosse sair do foco no periódico eleito para dedicar a presente reflexão. Ler essas partes constitutivas do que outrora fora o Estado brasileiro pode elucidar partes do texto que possam ter ficado nebulosas ou até auxiliar na inspiração para futuros trabalhos, aos que se interessaram pela temática abordada aqui.

Observar a tônica dos pronunciamentos presidenciais mostra o quão próximo de seu pensamento estão os textos da revista, estreitamente associada ao governo¹⁷. Poder-se-ia dizer que o periódico apresentaria uma massa uniforme de conteúdos repetidos *ad nauseam*, tal como um mantra. Todavia, o conjunto dos textos apresentou temas interdisciplinares dispostos de forma livre, tendo como única obrigação a subordinação aos ditames estadonovistas. As tomadas de posição não ocorriam de forma individual ou individualista. Em geral, os artigos portavam um *ethos* e/ou um eco do *esprit de corps* do meio onde trabalhavam os profissionais livres, os trabalhadores estatais, ou os tomadores de decisão de uma forma geral. Ao escolher um periódico para ilustrar o pensamento internacional do Estado Novo, o autor tentou desvelar uma posição conjunta da época, polifacetada. Visavam um projeto de país. Vendo pelo aspecto geopolítico e estratégico, e não esquecendo o lema “*si vis pacem para bellum*”, objetivava-se Forças Armadas com métodos e equipamentos modernos, cientes dos desdobramentos internacionais na guerra e fora dela. Sob o aspecto diplomático, seria o país cioso da sua região, ciente de seus compromissos, preparado para decisões conjuntas. Em termos socioeconômicos, significava criar condições para um desenvolvimento de indústria e comércio exterior, com melhores condições administrativas (modernização de logística, por exemplo); significava também integrar o país de fato, tanto física quanto socialmente, com foco para um controle rígido da imigração e maiores prospectos de assimilação estrangeira. Tal como provado pela diversidade de posições dentro de uma mesma conjuntura nacional e internacional, esse *et pluribus unum*, pode-se concluir que mesmo sob um regime autoritário pode-se criar uma miríade de pensamentos com relativa autonomia.

17 Conforme exposição permanente da ALERJ (2001) demonstra, durante o Estado Novo o DIP teve funcionamento dentro do Palácio Tiradentes, uma vez que as atividades da Câmara dos Deputados Federais estavam suspensas na então capital. Todas as edições de “Cultura Política” possuem referência ao fato de que quem dirigia a mesma era Almir de Andrade, e que suas atividades ocorriam no Palácio Tiradentes. Levando em consideração que trabalhava no mesmo local do DIP, que defendia ideias do governo e que publicara pela Imprensa Nacional, pode-se inferir que a “Cultura Política” possuía ligação direta com o governo do Presidente da República Getúlio Vargas e atuava naturalmente a favor da manutenção do *status quo* do Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Marcelo; BONELLI, Regis; MALAN, Pedro; PEREIRA, José Eduardo. (1977), *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/IPES.
- ACCIOLY, Hildebrando. (1947), *A evolução do Pan-Americanismo e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional.
- ALERJ. (2001), *Palácio Tiradentes: lugar de memória do parlamento brasileiro – exposição permanente na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*. Coordenado por Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro, ALERJ, CPDOC-FGV.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2004), “O Brasil e a Construção da Ordem Econômica Internacional Contemporânea”, *Contexto Internacional*. vol. 26, no. 1: 7-63.
- _____. (2013) “Pensamento diplomático brasileiro: introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes”, in J. V. de S. Pimentel (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*, vol. I. Brasília, FUNAG.
- ANDRADE, Almir. (1940), *Força, Cultura e Liberdade: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- ARANHA, Oswaldo. (2017), “Posse no Ministério das Relações Exteriores (1938)” in P.R. de Almeida; S. E. M. Lima; R. S. Farias. *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Brasília, FUNAG.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. (1942a), “Exército Seleccionado ou Milícia”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 15: 203-210.
- _____. (1942b), “Preparação Moral e Econômica da Guerra”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 18: 226-234.
- _____. (1943), “Preparação Moral e Econômica da Guerra”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 223-232.
- ARENDT, Hannah. (1989), *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BARROS, Jaime de. (1941a), “A política do Brasil na América”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 1: 34-41.
- _____. (1941b), “A Defesa Coletiva da América”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 3: 11-20.
- _____. (1941c), “A influência das guerras européias no destino da América”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 5: 60-65.

BARROS, Jaime de. (1942), “Conseqüências da 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 22: 46-53.

_____. (1943a), “A nova diplomacia brasileira”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 26: 15-23.

_____. (1943b), “Os judeus na história do Brasil”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 28: 75-82.

_____. (1943c), “A diplomacia brasileira e a guerra”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 64-76.

_____. (1943d), “A diplomacia brasileira e defesa da América”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 34: 107-111.

_____. (1943e), “Anotações para um retrato (à margem de “A Nova Política do Brasil”)", *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 37: 30-33.

_____. (1944a), “O discurso do Presidente em Guaíra”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 39: 17-21.

_____. (1944b), “Joaquim Nabuco e os Estados Unidos”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 39: 229-232.

_____. (1944c), “Dois Diplomatas”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 45: 102-106.

_____. (1944d), “Na guerra e na paz”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 46: 121-123.

_____. (1945), “O destino histórico da França”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 49: 39-42.

BENZAQUEN, Ricardo. (1988), *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BETHELL, Leslie. (1992), “Brazil”, in I. Roxborough; L. Bethell (orgs.). *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-1948*. Cambridge, Cambridge University Press.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. (1944a), “Aspectos gerais da guerra atual”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 37: 153-157.

_____. (1944b), “Aspectos gerais da guerra atual”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 38: 102-105.

- BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. (1944c), “Aspectos gerais da guerra atual: o potencial de guerra norte-americano”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 39: 201-209.
- CARVALHO, José Murilo de. (1983), “Forças Armadas e política, 1930-1945”, in C. P. D. O. C. (Org.). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília, Ed. UnB; Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- _____. (2005), *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte, UFMG.
- CALABRE, Lia. (2003), “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”, *Estudos Históricos*. no. 31: 161-181.
- CAVALCANTI, Orlando. (1978), *Os insurretos de 43: O Manifesto dos Mineiros e suas Consequências*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CHACON, Vamireh (1977). *Estado e Povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da Democracia Populista, 1937-1964*. Brasília, Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro, J. Olympio.
- CIDADE, Francisco de Paula. (1942a), “Rio Branco e J. Caetano da Silva”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*, no. 14: 209-211.
- _____. (1942b), “Os problemas da defesa nacional nos ministérios civis”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*, no. 16: 218-223.
- _____. (1942c), “As verdadeiras bases do poder militar”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 19: 114-119.
- _____. (1943), “As verdadeiras bases do poder militar”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 185-190.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. (1988), *Da Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- COMPAGNON, Olivier. (2009), “Entrer en guerre? Neutralité et engagement de l’Amérique latine entre 1914 et 1918”, *Relations Internationales*, no. 137: 31-43.
- DINIZ, Eli. (1999), “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais”, in D. Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- DORATIOTO, Francisco. (2014), *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília, FUNAG.
- DOUHET, Giulio. (1942), *The Command of The Air*. Nova York: Coward-McCann.
- FARIAS, Rogério de Souza. (2017), “Introdução geral”, in P.R. de Almeida; S. E. M. Lima; R. de S. Farias. *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- FAUSTO, Boris. (2001), *O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro, Zahar.

- FREYRE, Gilberto. (2004), *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime do trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. Rio de Janeiro: Global Editora.
- FLÉCHET, Anaïs. (2012) “As partituras da identidade: O Itamaraty e a música brasileira no século XX”, in H. R. Suppo; M. L. Lessa. *A Quarta Dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro, ContraCapa.
- FONSECA, Cesar da. (1942a), “Política Naval Brasileira”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 15: 211-221.
- _____. (1942b), “Defesa ativa e passiva do território nacional”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 19: 120-127.
- _____. (1943a), “O submarino e suas atividades”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 25: 16-22.
- _____. (1943b), “O Brasil na guerra e o poder naval”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 170-175.
- _____. (1944a), “Problema naval brasileiro”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 38: 106-125.
- _____. (1944b), “Aspectos gerais da guerra atual”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 44: 179-198.
- GARCIA, Eugênio Vargas. (1997) “O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)”, *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol. 40, no. 1: 18-40.
- GERMANI, Gino. (1960), *Política e Massa*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais.
- GOMES, Ângela de Castro. (1994), *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- HOBBSBAWM, Eric. (2008), *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- KOIFMAN, Fábio. (2002), *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro, Record.
- LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. (1982), “A Trajetória do Pragmatismo – uma Análise da Política Externa Brasileira”, *DADOS*, vol. 25, no. 3: 349-363.
- LINHARES, Aurélio. (1943a), “As forças navais em combate”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 25: 35-43.

- LINHARES, Aurélio. (1943b), “Conduta das forças de superfície empenhadas em uma batalha total”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 26: 69-72.
- _____. (1943c), “Aplicação das forças de superfície empenhadas em uma batalha total”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 27: 102-107.
- _____. (1943d), “A Guerra”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 176-182.
- LOCHERY, Neill. (2015), *Brasil: os frutos da guerra*. São Paulo, Intrínseca.
- LOPES, Dawisson Belém. (2016), “Existe um pensamento internacional brasileiro?”, *Revista Estudos Políticos*, vol. 6, no. 2: 317-320.
- LUKES, Steven. (1980), *Poder: uma visão radical*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- LUTTWAK, Edward. (1990), “Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce”, *The National Interest*, no. 20: 17-23.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2010) “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político”, in P. Rosanvallon; C. E. C. Lynch. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda.
- _____. (2013), “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica”, *DADOS*, vol. 56, no. 4: 727-767.
- MACKINDER, Halford. (2011) “El pivote geográfico de la historia”. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 1, no. 2: 301-319.
- MAHAN, Alfred. (2013), “Análisis de los elementos del poder naval”. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 4, no. 2: 305-334.
- MAIA, Jorge. (1940), *Um decênio de política externa*. Rio de Janeiro: D.I.P.
- _____. (1941), “O Brasil e o início da política de boa vizinhança”. *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 2: 79-85.
- MANNHEIM, Karl. (1952), *Ideologia e Utopia: introdução à Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Editora Globo.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (2006), “O Estado Novo (1937-1945): ditadura corporativa ou compromisso social?”, in F. C. P. Martinho (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, EDUERJ.
- MEDEIROS, Jarbas. (1978), *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

- MESQUITA, Silvana de Queiroz Nery. (2012) “O papel das seleções Reader’s Digest na estratégia da política cultural norte-americana (1942-1946)”, in H. R. Suppo; M. L. Lessa. *A Quarta Dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro, ContraCapa.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. (1996), *Geopolítica e Poder no Brasil*. São Paulo, Papirus.
- MOURA, Gerson. (1991), *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- NABUCO, Maurício. (2001), *Reflexões e Reminiscências*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- OLIVEIRA, Belfort de. (1942), “O Panamericanismo do Brasil (A margem da política externa do Governo Getúlio Vargas)”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 12: 94-100.
- _____. (1944), “Pétain e a Côrte de Riom”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*, no. 43: 245-257.
- _____. (1945), “O problema do estrangeiro e a solução brasileira”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*, no. 48: 43-54.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1982), “Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade”, in Â. M. C. Gomes; L. L. Oliveira; M. P. Velloso (Orgs.) *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- PEREGRINO, Umberto. (1942), “A moto-mecanização e o Brasil”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 16: 238-249.
- _____. (1943), “Os combustíveis em face das necessidades militares”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 119-125.
- _____. (1945), “Elucidação do desempenho militar da Rússia nesta guerra”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 50: 144-152.
- PINHEIRO, Leticia. (2004), *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PINTO, António Costa. (2016), “Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária”, in A. C. Pinto, F. P. Martinho (Orgs.). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. (1943a), “Um episódio da doutrina de Monroe: a fórmula Nabuco na 4ª Conferência Internacional Americana”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 28. 39-42.
- _____. (1943b), “Colaboração depois da vitória”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 32: 7-9.

PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. (1944a), “A Quarta Conferência Internacional Americana”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 36: 131-136.

_____. (1944b), “A Síria e o Líbano sob mandato francês”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 38: 30-40.

RODRIGUES, Lísias. (1941a), “Organização da Força Aérea Nacional: política aeronáutica”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 4: 11-19.

_____. (1941b), “Organização da Força Aérea Brasileira II”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 9: 37-41.

_____. (1942a), “Pré-História Aeronáutica Sul-Americana”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 12: 43-47.

_____. (1942b), “Isolacionismo e defensiva na democracia”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 15: 222-225.

_____. (1942c), “Aviações de Carga: um exemplo a seguir no Brasil”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 19: 89-92.

_____. (1944), “O pan-brasileirismo do Presidente Vargas e o rio Tocantins”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 39: 47-50.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. (1982), *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Unidades VII e VIII: O Castilhismo, O Trabalhismo após 1930*. Brasília, Ed. UnB.

ROLLEMBERG, Luiz Dias. (1941), “Evolução do Intercâmbio (a carteira de importação e exportação)”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 8: 201-205.

_____. (1942) “Política Monetária do Brasil: os Mil-Reis e o Cruzeiro”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 21: 323-326.

_____. (1944), “O contingenciamento e o drawback no intercâmbio mercantil”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 40: 210-215.

ROSANVALLON, Pierre. (2010) “Por uma história filosófica do político”, in P. Rosanvallon; C. E. C. Lynch. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2006), *O Ex-Leviatã Brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

TOTA, Antonio Pedro. (2000), *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras.

TRAVASSOS, Mario. (1935), *Projeção Continental do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____. (1941a), “Regiões Naturais de Circulação (Notas sobre Geografia das Comunicações Brasileiras)”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 1: 139-148.

_____. (1941b), “Nossa Política de Comunicações: o plano Bicalho e o plano Bulhões”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 3: 28-38.

_____. (1941c), “Nossa Política de Comunicações: o plano de viação nacional de 1934”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 5: 51-59.

_____. (1941d), “Estrutura Geo-Militar do Brasil”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 9: 17-25.

_____. (1942), “Linhas Naturais de Circulação e novos meios de transportes”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 12: 153-158.

TRINDADE, Héliogio. (1983), “A ideologia integralista nos anos 30: problema metodológico e histórico”, in C. P. D. O. C. (Org.). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília, Editora UnB; Rio de Janeiro, Editora FGV.

VELLOSO, Mônica Pimenta. (1982), “Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual”, in Â. M. C. Gomes; L. L. Oliveira; M. P. Velloso (Orgs.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VENANCIO FILHO, Alberto. (1977), *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva.

VILAR, Frederico. (1943a), “Os pescadores e a defesa nacional”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 22: 88-94.

_____. (1943b), “Mobilização dos pescadores para a defesa nacional”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 31: 233-243.

_____. (1944), “Submarinos, olhos e ouvidos do Almirantado”, *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*. no. 36: 137-144.

VARGAS, Getúlio. (2011) *Getúlio Vargas*. Organização de Maria Celina D’Araujo. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

VOVELLE, Michel. (2004), *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense.